UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UnRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA

FACULDADE DE DIREITO

GILDO VITORINO FERREIRA

**A PANDEMIA PELO COVID-19 E OS REFLEXOS NO DIREITO
AMBIENTAL: FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS
ADMINISTRATIVOS DE CONTROLE AMBIENTAL E O AUMENTO
DE CRIMES AMBIENTAIS**

CAIAPÔNIA - GOIÁS

2021

GILDO VITORINO FERREIRA

**A PANDEMIA PELO COVID-19 E OS REFLEXOS NO DIREITO
AMBIENTAL: FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS
ADMINISTRATIVOS DE CONTROLE AMBIENTAL E O AUMENTO
DE CRIMES AMBIENTAIS**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Me. Fabio Lasserre Sousa Borges

CAIAPÔNIA – GOIÁS

2021

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	3
2 PROBLEMA	3
3 HIPÓTESES.....	3
4 JUSTIFICATIVA	4
5 REVISÃO DE LITERATURA	4
5.1 COVID-19 E SEUS IMPACTOS SOCIAIS	4
5.2 AUMENTO DOS CRIME E DEMAIS IMPACTOS DA PANDEMIA.....	6
5.3 COVID-19 E O DIREITO AMBIENTAL	8
6 OBJETIVOS	9
6.1 OBJETIVO GERAL	9
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
7 METODOLOGIA.....	10
8 CRONOGRAMA	11
9 ORÇAMENTO	12
REFERÊNCIAS.....	13

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

Em março de 2020 iniciou-se uma pandemia mundial pelo novo vírus COVID-19, que ainda afeta a todo o mundo mesmo após mais de um ano, afetando a todos os segmentos sociais com inúmeras e diferentes consequências provocadas em cada um destes, houve por exemplo, alterações nas normas jurídicas para que os cidadãos pudessem se adaptar ao período de pandemia.

Deste modo, o presente projeto tem como temática central as mudanças ocorridas no campo do Direito Ambiental brasileiro, se delimitando as alterações no funcionamento dos órgãos administrativos de controle ambiental e o aumento dos crimes ambientais.

2 PROBLEMA

A partir do exposto, questiona-se: Quais as principais mudanças no Direito ambiental e como as mudanças ocorridas pela pandemia levaram ao aumento dos registros de crimes ambientais e autuações?

3 HIPÓTESES

Diante da temática ora apresentada, levantou-se as seguintes hipóteses:

- Acredita-se que as alterações no funcionamento dos órgãos ambientais nas esferas federal, estadual e municipal, nos horários e atuação das autoridades ambientais, publicações de normas decorrentes da obrigatoriedade do distanciamento social, levando as novas formas de atendimento ao público, aumentaram a morosidade e geraram suspensões de prazos em relação aos processos administrativos.
- As mudanças citadas geraram naqueles que tinham intenção ou já praticavam crimes ambientais a sensação de que poderiam praticar crimes impunemente, o que elevou a incidência e recorrência destes, o que justificaria o aumento dos crimes registrados e autuações.
- Deve-se comprovar quanto a aplicabilidade do princípio da precaução e a não admissão de comportamentos desidiosos ou omissos, ou seja, não admite que pela redução ou

ausência de capacidade operacional ou normativa deixe-se de aplicar as normas do Direito Ambiental, visando o princípio proteger o meio ambiente em eventuais fragilidades dos órgãos públicos.

4 JUSTIFICATIVA

Considerando o aumento da prática de crimes ambientais observadas, bem como a falta de discussões acerca dos impactos da pandemia pelo Covid-19 ao Direito ambiental, o projeto será de grande relevância social e acadêmica, pois, trata-se de um tema recente e que terá grande significância a curto, médio e longo prazo em todos os setores da sociedade, assim, o estudo acerca do mesmo bem como a exploração do tema, permitirá que este será posteriormente fonte para outros pesquisadores, e ainda que, o leitor que a este acessar, possa compreender quanto as medidas implementadas pelo Estado visando conter a disseminação do vírus pandêmico, e quanto aos motivos que limitam o cumprimento das normas e da fiscalização ambiental neste cenário.

Assim, compreende-se que os já exercentes bem como os futuros profissionais do Direito possam, por meio de deste e do acesso a outros documentos, consultar e compreender todas as mudanças e medidas que foram trazidas, que impactaram tanto o meio ambiente quanto ao Direito Ambiental, e assim, seja possível traçar um planejamento que delineie novas medidas que possam garantir a efetividade do Direito Ambiental mesmo com as limitações do cenário pandêmico e assim que se possa reduzir as ocorrências de crimes ambientais, segmento relevante para toda e qualquer forma de vida deste planeta.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 COVID-19 E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

No ano de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a existência de uma pandemia global decorrente da disseminação do coronavírus, uma doença denominada de COVID-19, que já está presente em inúmeros países, incluindo o Brasil. Assim, o mundo vive um cenário nunca antes visto, o da pandemia instaurada pelo Coronavírus, além do alarde e medo devido a ser uma doença desconhecida, no mundo surgiram inúmeras normas e leis em

diversos aspectos, seguindo orientações da organização mundial de saúde, os países optaram por aderir ao distanciamento social ou isolamento social (UNASUS, 2020).

A pandemia do COVID-19 tem sido um dos temas mais debatidos hodiernamente e causado grande impacto na economia, as discussões são inúmeras e em vários segmentos, com a propagação do coronavírus, inclusive trouxe impactos ao segmento dos Direitos ambientais e órgãos que o compõem. Com isso o mundo clama por medidas governamentais para proteger às classes minoritárias e o meio ambiente que têm sido mais afetados pela pandemia.

No início de fevereiro, foi sancionada no Brasil a lei 13.979/20, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, referida Lei, trata sobre as medidas para a proteção da coletividade, conforme dispõe o art. 1º responsável pelo surto de 2019 (BRASIL, 2020).

De acordo com Franco (2020), o Direito Ambiental brasileiro, sofreu com as alterações implementadas quanto ao funcionamento dos órgãos administrativos de controle ambiental. Considera-se ainda que esta é nociva para a sociedade e para a economia, de modo que impactará o meio ambiente, na medição, tantas incertezas e indefinições,

Com efeito, as decisões que vierem a ser tomadas a respeito da melhor destinação de recursos para impulsionar as desejadas retomada e modernização da economia nacional terão de ser consistentes, posto que determinantes. Até porque, pela indisponibilidade de recursos financeiros – consequência da retração econômica mundial –, não há muito espaço para tentativa e erro. Nesse contexto, é de se questionar por que não se valer dessa oportunidade para tomada de decisões comprometidas com o desenvolvimento sustentável. A esse respeito, vale considerar que antes mesmo da pandemia já havia algum consenso sobre a existência de uma crise ambiental de caráter contemporâneo, reflexo do modelo atual de desenvolvimento econômico e suas pressões sobre o meio ambiente, que impõe, década após década, pensar e repensar a relação entre o homem e a natureza, especialmente para compreender os limites e a capacidade de suporte do meio (FRANCO, 2020, p. 1).

Para Carvalho (2020), é necessário que mesmo sendo a pandemia um problema de saúde, que se mantenha uma postura de atenção e preocupação com o meio ambiente, e que se busque traçar uma estratégia para frear a degradação ambiental, já que em tempos de crise econômica o que ocorre é o afrouxamento das políticas de meio ambiente, o que ocorre historicamente, como por exemplo, na última crise, em 2008, os programas de redução de CO₂ acabaram por ser fragilizados, devido ao apelo para que a economia se restabeleça rapidamente o que gera excepcionalidades, e concessões para fragilizar as políticas de meio ambiente.

Silva et al. (2020) contribui que é imprescindível buscar meios de amenizar esses impactos, seja por meio de novas políticas públicas ou ainda que seja por meio de ações de governança, que permitam um futuro mais seguro e igualitário para todos no Brasil, reduzindo a desigualdade e garantindo os direitos das minorias como é o caso dos povos indígenas que tanto tem sofrido com a pandemia.

De modo geral, cabe ressaltar que não é recente a discussão a respeito da correlação etiológica entre as ações humanas e a perda da qualidade do meio ambiente e seus reflexos, no entanto, em decorrência dos impactos sociais da pandemia, do regime de distanciamento “Lockdown”, que limitou o funcionamento de órgãos públicos, afetou a sociedade de diversas formas, gerou desemprego, e etc., teme-se que as discussões ambientais sejam deixadas de lado, o que já ocorre normalmente, e o que tem se mostrado pelo aumento dos crimes ambientais nesse período que será abordado a seguir.

5.2 AUMENTO DOS CRIME E DEMAIS IMPACTOS DA PANDEMIA

De acordo com Gomes (2021) as normas jurídicas são elaboradas e implementadas com o intuito de garantir o cumprimento dos direitos e deveres dos cidadãos, além de garantir o controle dos crimes ambientais.

No cenário pandêmico, no entanto, mesmo as normas jurídicas em caráter de adaptação pela pandemia, não tem sido suficiente para coibir a prática de crimes ambientais que se mantem em linha crescente no período presente. Quanto as medidas de segurança neste segmento, o campo do Direito Ambiental brasileiro, teve como primeiras alterações os horários de funcionamento dos órgãos administrativos de controle ambiental, que foram reduzidos, bem como as medidas e cuidados de higiene para o atendimento do público (GOMES, 2021).

Abreu (2020), cita que a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus reduziu o potencial de fiscalização contra os crimes ambientais, o que fez com que madeireiros se sentissem encorajados e o desmatamento chegou a subir 30% em março de 2020, em comparação ao ano anterior, assim, a atual situação demonstra um favorecimento às práticas ilegais e a destruição da floresta amazônica e do meio ambiente como um todo.

De acordo com Silva (2020), as autoridades ambientais enfrentam dificuldades logísticas tanto para treinar quanto para o emprego de agentes para atuarem no combate das queimadas durante à pandemia de Covid-19, que são ainda impactantes à saúde humana, pois,

prejudicam inúmeros pacientes pelo potencial agressor destas queimadas, deste modo, haveria ainda um maior número de pacientes para serem atendidos em decorrência de problemas respiratórios diante do colapso do sistema de saúde na região amazônica.

Pessoas com doenças respiratórias devido a queimadas ainda correm o risco adicional de contrair o vírus quando percorrem longas distâncias para ter acesso a cuidados de alta complexidade, como muitas vezes precisam fazer os que residem na Amazônia. Além disso, a fumaça pode agravar os sintomas do vírus, resultando em casos mais graves, e pode aumentar os óbitos relacionadas à Covid-19 (SILVA, 2020, p. 1).

Deste modo, considera-se que é primordial que o Brasil busque meios para o enfrentamento da referida crise que afeta a saúde pública, especialmente visando o combate e a redução das queimadas e seus impactos atendendo às obrigações internacionais assumidas quanto à proteção dos direitos à humanidade, à saúde e ao meio ambiente, considerando a possibilidade de implementação de um sistema efetivo de monitoramento da qualidade do ar cumprindo com os devidos padrões de qualidade deste para a proteção da população, o que requer medidas e ações preventivas e reativas.

Além do meio ambiente, os indígenas também enfrentam uma situação complicadíssima, devido ao risco dos invasores se aproximarem o que eleva a possibilidade de contaminação dentro das aldeias, o que ajudaria na propagação da referida doença, e toda a problemática tem ainda outro agravante, a demissão do Diretor do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) pelo então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em represália pela operação contra o garimpo ilegal e queimada de estruturas e máquinas desta atividade ilícita, gerando mais instabilidade para o órgão que é indispensável para a proteção do bem ambiental e a segurança dos povos indígenas (ABREU, 2020).

Deste modo, compreende-se a necessidade de um sistema de fiscalização eficiente e seguro mesmo em tempos de pandemia, sendo ainda imperiosa a existência de uma equipe de agentes que consigam executar as atividades de proteção da área enquanto perdurar o Covid-19, vez que nas cidades há auxílio quanto à segurança pública e saúde, enquanto a população indígena encontra-se à mercê de situações como as que estão ocorrendo.

5.3 COVID-19 E O DIREITO AMBIENTAL

Compreende-se que a função principal do Direito Ambiental é garantir a preservação do meio ambiente, bem como evitar riscos e danos, prevenindo que isto ocorra, assim, deve-se previamente identificar, notificar e responsabilizar os causadores e autores de atos que gerem danos ambientais (COLOMBO, 2006).

A autora define que,

O Direito Ambiental, apesar de seu caráter interdisciplinar, é uma ciência dotada de autonomia científica. Ele está alicerçado em princípios constitucionais previstos na Constituição Federal Brasileira e também em princípios jurídicos positivados na legislação infraconstitucional. Por isso, na aplicação de suas normas devem ser observados os princípios específicos de proteção ambiental (COLOMBO, 2006, p. 1).

Tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, cabe aos que são nomeados como autoridades ambientais buscar e publicar normas que defendam tal meio, impondo limites, fiscalizando, recebendo denúncias, regulamentando, atendendo ao público, quanto aos cuidados, ainda que em um momento como o presente (pandemia pelo Covid-19) onde é necessário por medida de segurança manter o distanciamento social, e estão ocorrendo alterações como a suspensão de prazos em relação aos processos administrativos o que tem prejudicado o cumprimento de tal direito (GOMES, 2021).

A suspensão de prazos processuais administrativos justifica-se, a nosso ver, em razão das possíveis dificuldades que os administrados terão nesse período de pandemia para ter acesso aos processos que ainda sejam físicos, apresentar defesas e recursos e eventualmente realizar trabalhos necessários ao cumprimento de requisitos legais e exigências feitas pelos órgãos ambientais (tal como compilação de dados e documentos para o pedido de renovação de licenças; ações de monitoramento; apresentação de relatórios técnicos etc). A grande maioria das normas publicadas pelos órgãos ambientais é genérica, ao determinar a suspensão de prazos, à exceção de alguns estados, como o Rio Grande do Sul, que fez constar no Decreto Estadual nº 55.128/2020 que a suspensão não se aplica aos prazos de cumprimento de obrigações ambientais (GOMES, 2021, p. 1).

Fioravante e Thomé (2020) citam que o principal problema é a morosidade e os atendimentos, em primeiro momento, priorizam os casos no qual já exista entendimento reiterado da Turma, Câmara Recursal, atos normativos da RFB ou súmula vinculante para a administração tributária federal.

Além da alteração do funcionamento dos órgãos, houve o aumento do número de crimes, provavelmente pela certeza da impunidade devido a morosidade e aos órgãos estarem com funcionamento limitado, assim, o que se comprova por exemplo, pela Medida Provisória (MPV) 910/2019 que embora voltou à pauta do Congresso Nacional (CN) como Projeto de Lei (PL) 2633/2020, no entanto, não serão discutidos enquanto perdurar a Pandemia.

Ressalta-se, porém, que atendendo a Resolução 494/2020 assinada por Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente e Presidente do Conama, foi estabelecida a possibilidade de que quando necessárias ocorram a realização de audiências de maneira remota quanto aos licenciamentos ambientais durante o período da pandemia ocasionada pelo Covid-19.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Abordar os principais impactos gerados pela pandemia do vírus Covid-19 às questões ambientais, considerando desde o aumento do número de casos ao atendimento dos órgãos administrativos e de controle ambiental.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os impactos gerados pela pandemia do Covid-19 para a sociedade como um todo especificamente com relação às medidas de enfrentamento geradas pelo Estado brasileiro;
- Considerar os impactos ambientais gerados pela pandemia, como o aumento no registro de crimes ambientais;
- Demonstrar quanto ao Direito Ambiental quais foram as medidas tomadas e como a pandemia afetou o funcionamento dos órgão administrativos e de controle ambiental.

7 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa subsidia-se na revisão de literatura com uma abordagem qualitativa, com análise dos dados secundários, sendo ainda de predominância descritiva, cujo objetivo é descrever as características de um fenômeno ou grupo populacional com o intuito de estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002).

A pesquisa parte da aplicação de técnicas que priorizam os procedimentos bibliográficos e documentais indiretos, ou seja, por meio da revisão bibliográfica em todas as fases do estudo analítico. Essa modalidade de pesquisa consiste em um apanhado geral acerca dos principais trabalhos já publicados.

No entanto, cabe ressaltar que , o estudo da literatura não se refere à mera descrição de fatos e fenômenos, mas poderá contribuir e se tornar a em questão utiliza como referências teóricas diversas publicações, como, por exemplo, livros, artigos científicos, páginas de web sites, entre outros.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas	02/2021		08/2021	
Elaboração do projeto		03/2021	08-09/2021	10/2021
Entrega do projeto final ao orientador e defesa				10/2021
Reformulação do projeto e entrega à coordenação				11/2021
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema	02-05/2021			
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos	02-03/2021			
Análise e discussão dos dados		04/2021		
Elaboração das considerações finais			09-10/2021	
Revisão ortográfica e formatação do TCC			09/2021	
Entrega das vias para a correção da banca		06/2021		10/2021
Arguição e defesa da pesquisa		06/2021		11/2021
Correções finais e entrega à coordenação		06/2021		11/2021

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	n.	tde.	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Correção e formatação	n	15	5,00	75,00
Marcadores	n		3,50	7,00
Total				82,00
Fonte financiadora: recursos próprios.				

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Vitor Seródio. *O aumento dos crimes contra o meio ambiente e contra indígenas na pandemia do Covid-19*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/81595/o-aumento-dos-crimes-contra-o-meio-ambiente-e-contra-indigenas-na-pandemia-do-covid-19>>. Acesso em 27 mai. 2021.

BRASIL.Presidência da República. Lei nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.Brasília, 6 de fevereiro de 2020;

CARVALHO, Fabrício Alvim. *Pandemia e meio ambiente: Impactos momentâneos ou uma nova realidade?*. 24 abr. 2020. Não Paginado. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/24/pandemia-e-meio-ambiente-impactos-momentaneos-ou-nova-normalidade/>>. Acesso em 26 mai. 2021.

COLOMBO, Silvana Raquel Brendler. A responsabilidade civil no direito ambiental. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, IX, n. 35, 2006.

FIORAVANTE, K.; THOMÉ, M. As alterações nos julgamentos de processos administrativos pelo CARF e RFB, decorrentes da pandemia da COVID-19<<https://www.fius.com.br/as-alteracoes-nos-julgamentos-de-processos-administrativos-pelo-carf-e-rfb-decorrentes-da-pandemia-da-covid-19/>>

FRANCO, Rita Maria Borges. *Recuperação pós-pandemia: considerações sobre desenvolvimento sustentável e segurança jurídica*. MEIO AMBIENTE: UMA QUESTÃO GLOBAL, 2020. < https://www.viex-americas.com/wp-content/uploads/2020/09/Dia-do-Meio_Ambiente_Milare-vFINAL.pdf>. Acesso em 27 mai, 2021.

GOMES, Heloisa Verri Paulino. Como o Direito Ambiental é afetado pela pandemia do coronavírus no Brasil. <<https://br.lexlatin.com/opiniao/como-o-direito-ambiental-e-afetado-pela-pandemia-do-coronavirus-no-brasil>>. 25 mai. 2021.

JUSTI, J.; VIEIRA, T.P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

SILVA, C. L. F. da, SILVA, M. S. da, SANTOS, D. S. dos, BRAGA, T. G. M., & FREITAS, T. P. M. de. Impactos socioambientais da pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19) no Brasil: como superá-los? *Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)*, 15(4), 220–, 236, 2020.

SILVA, Renata. “O ar é insuportável” Os impactos das queimadas associadas ao desmatamento da Amazônia brasileira na saúde. 26 Ago. 2020. Não Paginado. Disponível em: < <https://www.hrw.org/pt/report/2020/08/26/376135>>. Acesso em 30 mai. 2021.

UNASUS. A Organização Mundial de Saúde declara pandemia de Coronavírus. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em 25 mai. 2021.